

## Introdução

Após tantos anos do feliz achado, na Biblioteca do Seminário Maior do Porto, de uns manuscritos de Fr. Domingos Vieira, dos quais já em 1989<sup>1</sup> dei público conhecimento, só agora chegou o momento de os editar, sem pretender inseri-los num estudo mais vasto, que inicialmente sonhei. Apenas antecedo a edição de um breve texto que ajude os historiadores a situar este trabalho e ofereço uma bibliografia e alguns complementos que preparem futura investigação.

Antes de mais, aludiremos às origens históricas da Ordem<sup>2</sup>, tão confundidas pelos cronistas, incluindo Domingos Vieira, com a vida do próprio Agostinho, como veremos mais adiante. Passaremos depois a verificar como aconteceu a entrada da vida monástica no nosso território e a descrever muito rapidamente as fases da presença da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal. Finalmente, dedicaremos atenção à figura do Autor da colecção de memórias que publicámos e indicaremos os critérios desta edição.

### As origens da Ordem

A *Ordo Eremitarum Sancti Augustini* nasceu da união de diferentes grupos eremitas, desejada pela maioria destes grupos e fundada no capítulo de Março de 1244, após intervenção de Inocêncio IV, através das Bulas de 1243: *Incumbit Nobis* e *Praesentium Vobis*. A primeira bula era carta de fundação e a segunda estipulava o processo para efectivar a união. Inocêncio IV tinha encarregado o Cardeal Ricardo degli Annibaldi de unir os eremitas de Santo Agostinho. É importante a carta *Religiosam vitam* de 26 de Abril de 1244, colocando a nova ordem sob a protecção papal. Como Cardeal protector da ordem agustiniana prepara o caminho para a união, julga e provê ao necessário, como se lê na Bula datada de 25 de Setembro de 1245. A bula papal dirigia-se a todos os

---

<sup>1</sup> Cf. AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Figuras e mosteiros dos Eremitas de Santo Agostinho na segunda metade do século XV*. In CONGRESSO Internacional Bartolomeu Dias e a sua época – *Actas*. Vol. 5. Porto, 1989, p. 393-409.

<sup>2</sup> Ver e excelente síntese de *ORDENS Religiosas em Portugal das origens a Trento*. *Guia histórico*. Dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. p. 419-435.

eremitas da Toscânia, excepto aos Guilhermitas. As motivações pastorais, que presidiam a esta união visavam promover um mesmo género de vida regular, de teor apostólico, segundo a Regra de Santo Agostinho. As constituições, a elaborar, deviam partir desta forma de vida. Os primeiros anos são muito acompanhados por bulas papais, seja a definir o estatuto e a forma da nova ordem, seja a confirmar imunidades fora da Toscânia.

Entre as Bulas do Papa Alexandre IV está a confirmação, a 22 de Julho de 1255, da acta da união. Novamente, era ratificado pelo Papa o Capítulo geral, reunido a 31 de Julho de 1255. Não se conhece o lugar exacto e a data do Capítulo. Parece provável ter acontecido em Santa Maria do Populo, Roma<sup>3</sup>. Esta assembleia, que reunia diversas sensibilidades e grupos, conduziu à escolha de um Geral para toda a nova Ordem. O P. Lanfranco de Milano, da Congregação do Beato João Bom foi o preferido. Após mais de dez anos de passos incertos, o Papa Alexandre IV confirmou, pela Bula *Licet Ecclesiae Catholicae* (Anagni, 9 de Abril de 1256), a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Assim terminam onze anos de preparação para a grande união. Seriam convocados também os Guilhermitas, pela bula *Cum quaedam salubria*. Viriam a juntar-se os eremitas das ordens de S. Guilherme e de Santo Agostinho, os Frades de João Bom, os de Montefalco e os de Brettino<sup>4</sup>.

O nome de eremitas respeitava a origem destas experiências, mas não correspondia ao intento de lhes determinar vida apostólica nas zonas habitadas, próxima das pessoas, em ordem a exercer uma missão pastoral, ao género de mendicantes, como seria finalmente reconhecido por Pio V, em 1567. Os motivos para a Grande união aparecem na Bula de 1256: 1) evitar a confusão entre diferentes grupos na Igreja (os agora unidos com os franciscanos): 2) dar força ao conjunto, qual “exército” sob um prior geral.

Os Guilhermitas pediriam para deixar a união porque seguiam a Regra de S. Bento. Para consolidar a união, o Papa concedia à nova Ordem graças e privilégios mais generosos do que as oferecidas a cada grupo.

Os cronistas, aos poucos, vão passando a ideia de que Santo Agostinho foi o fundador da Ordem. Entre seguir a regra e ter sido fundador é um passo rápido. A herança agostiniana de teor monástico transformou-se num fundamento, seja para a Ordem canónica dos regantes seja para a dos Eremitas.

O papel de Santo Agostinho de Hipona, como fundador de uma regra monástica, tem sido objecto de larga discussão<sup>5</sup>, ultrapassando naturalmente a visão dos inícios do século XIX, patente na obra de Domingos Vieira. O monacato não aparece em África quando Agostinho regressa em 388 ou quando funda o primeiro mosteiro em 391. Havia já ascetismo pré-monástico, como testemunham Tertuliano e Cipriano.

---

<sup>3</sup> Cf. ESTRADA ROBLES, Basilio, OSA – *Los Agustinos ermitaños en España hasta el siglo XIX*. Madrid: Revista Agustiniiana, 1988, p. 29.

<sup>4</sup> Cf. RANO, B. – Agostiniani. In *DIZIONARIO degli Istituti di Perfezione*. vol. 1, Roma: Paoline, 1974, p. 278-302.

<sup>5</sup> Ver VIZCAÍNO, P. de Luis – *El camino espiritual de la Regla de San Agustín*. Valladolid, 2007.

A primeira experiência de Agostinho, em Tagaste, parece conter mais intencionalidade “filosófica”, do que regulamento detalhado.<sup>6</sup> Era um grupo de homens dispostos a buscar juntos um ideal de vida. Quando o Bispo Valeriano ordena presbítero a Agostinho concede-lhe um terreno para dar seguimento ao ideal monástico, mas com “vida apostólica”. Feito bispo em 396, Agostinho não abandona o desejo de renúncia e comunhão de bens e funda um original “monasterium clericorum”, qual proposta para todos os presbíteros. A complexidade da questão da Regra não é, no entanto, para aqui.

Digamos apenas que as características da sua proposta de vida religiosa se dispersam pela sua obra, ainda que se costume destacar: o Capítulo 33 do livro *De moribus Ecclesiae Catholicae*, no qual descreve tipologias de monges; o *De opere monachorum* (PL 40, 549-592); o *De Virginitate* (PL 40, 397-428); as *Cartas* 210 e 211 (PL 33, 958-960), dedicadas a dirimir questões no mosteiro feminino; os *Sermões* 355 e 356 e sobretudo a chamada “regra”, formada por dois textos: *Ordo monasterii*, coligida por Alípio por volta de 395, e o *Praeceptum*.<sup>7</sup> Este texto, que provavelmente teria merecido aplicação feminina, é breve e gozou de enorme celebridade como Regra dos cónegos regrantes e de grande parte das Ordens e congregações modernas, a partir do IV Concílio de Latrão de 1215. Mais do que um regulamento, indica as bases do estilo de vida, inspirado na comunidade primitiva.

A regra implica vida de comunidade completa: de comunhão, de unidade de ideal e de costumes. É eremita não por viver só, mas por fazer com os outros um só, ao serviço da Igreja e dedicado ao estudo da Escritura. Passa por todas as determinações um critério de sabedoria e de moderação.<sup>8</sup> Foi esta a base que entroncou com os Eremitas de Santo Agostinho, objecto deste trabalho<sup>9</sup>.

### **Breve panorâmica da vida monástica, no território português, anterior à chegada da regra beneditina**

Porque Domingos Vieira tende a generalizar como agostinha toda a referência monástica antiga, muito antes da referida união de 1256, que deu realmente origem à sua ordem, importa abordar, embora rapidamente e como ponto prévio, a questão da presença monástica no território correspondente ao que viria a ser Portugal. A polémica entre beneditinos e agostinhos<sup>10</sup> está bem patente no artigo Constantim, na parte intitulada

---

<sup>6</sup> Cf. MASOLIVER, Alejandro – *Historia del monacato Cristiano*. Vol 1, Madrid: Ed. Encuentro, 1994, p. 88-89.

<sup>7</sup> Edição crítica destes dois documentos: L. VERHEIJEN – *La règle de Saint Augustin*. Paris 1967. 2 vol. Tradução italiana em G. TURBESSI – *Regole monastiche antiche*. Roma: Studium, 1975, p. 268-294. A regra chamada primeira é afinal hispânica e do século VII!

<sup>8</sup> Cf. DATTRINO, Lorenzo – *Il primo monachesimo*. Roma: Ed. Studium, 1984, p. 47-50.

<sup>9</sup> No final do volume do *Catálogo dos provinciais* Domingos Vieira oferece um apêndice com notícia das 86 principais congregações e ordens, consideradas da família agustiniana.

<sup>10</sup> Bem significativa é a obra SÃO BENTO, Gil de, OSB, Fr. – *Satisfação apologética e quinta essência de verdades averiguadas e apuradas todas pelo ...* Lisboa: Por Manoel da Sylva, 1651. [10] 323, [7] f. Resposta à Crónica de António da Purificação, na polémica entre beneditinos e agostinhos.

*Geografia particular.* A vontade de adoptar todas as experiências monásticas anteriores e fazer aumentar a pretensão de antiguidade é sem medida de critério. Algumas notícias sobre fundações de S. Martinho e S. Frutuoso, bem como relativas a experiências eremíticas de variada inspiração têm vindo a ser enquadradas por estudos mais recentes.

A análise do monacato pré-benedictino no noroeste peninsular<sup>11</sup> revela, – além dos efeitos do ascetismo priscilianista<sup>12</sup> e da acção do clérigo itinerante Baquiário, que pelo ano 410 iniciava algo de teor monástico, – a experiência de S. Martinho de Dume<sup>13</sup>, ordenado bispo-abade (*episcopus sub regula*) em 556 e conhecedor do monaquismo oriental. O seu carácter eclético, embora talvez de base pacomiana, torna difícil clarificar o tipo de monaquismo preferido pelo Dumense.

Outra fecunda filiação monástica provém de S. Frutuoso de Braga<sup>14</sup>, também ele bispo-abade de Dume, como Martinho, e criador de uma Regra, por volta de 640. Este legado inspira-se nas experiências orientais, transportadas por Cassiano, e não está isento de gosto eremítico, a condizer com múltiplas tentativas da região nortenha. Simultaneamente, vingava no local seja o actualismo<sup>15</sup> entre abade e monges, seja a *Regula Communis*, de tipo mais congregacional. As particularidades deste gosto pela vida monástica são parcialmente conhecidos e por vezes constituem apenas cenóbios familiares que adoptam o nome de mosteiros para o que apenas corresponde a casas de campo, lugares de retiro.

O repovoamento, após a invasão muçulmana, nos séculos VIII, IX e X, anda a par com uma proliferação de mosteiros populares, muito pobres, pequenos e tantas vezes efémeros e de tendência eremítica<sup>16</sup>, mais pedida pelas circunstâncias do que por opção anacorética. Algumas grandes famílias socorriam-se da instituição monástica para fixar domínio territorial. A passagem deste tipo popular a condal, com tendência par valorizar a nobreza e solenizar a liturgia teve em S. Rosendo (916-977) uma figura

<sup>11</sup> Ver MATTOSO, José – Introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica (A). *Bracara Augusta*. 30 (1976) 97-111. Sep. Braga, 1976. 19 p. Análise crítica da tese de A. Linage Conde – *Los orígenes del monacato beneditino en la Península Ibérica*. Leon, 1973. 3 vol.; LINAGE CONDE, Antonio – El monacato em torno a Braga hasta la benedictización. In IX Centenário de Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional – *Actas*. Braga, 1990, vol. 1, 717-734.

<sup>12</sup> Ver BLASQUEZ MARTINEZ, J. M. – *Priscilianismo introductor del ascetismo en Gallaecia*. In REUNION GALLEGA DE ESTUDIOS CLASSICOS, 1ª, Santiago-Pontevedra, 2-4 Julio 1979 – *Ponencias y Comunicaciones*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, 1981, p. 210-236; PÉREZ PRIETO, Victorino – *Prisciliano na cultura galega: un símbolo necesario*. Vigo: Editorial Galaxia, 2010.

<sup>13</sup> Ver SOARES, Luís Ribeiro – *A linhagem cultural de S. Martinho de Dume e outros estudos dumenses*. Lisboa: INCM, 1997.

<sup>14</sup> Ver DIAZ Y DIAZ, Manuel C. – *La vida de San Fructuoso de Braga. Estudio y Edición crítica*. Braga, 1974; MAYA SÁNCHEZ, A. – Versión primitiva de la Vita Fructuosi (La). *Habis*. 9 (1978) 169-196; MATTOSO, José – Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiano em Portugal durante a Reconquista. In CONG. DE EST. DA COM. DO XIII CENT. DA MORTE DE S. FRUTUOSO, Braga, II – *Actas. Bracara Augusta*. 22 (1968) 42-54.

<sup>15</sup> Ver BISHKO, C. J. – *The Pactual Tradition in Hispanic Monasticism: Spanish and Portuguese Monastic History, 600-1300*. London: Variorum Reprints, 1984.

<sup>16</sup> Domingos Vieira refere Azere; Ermelo (Braga) fundado em 667; Santa Marinha de Crestuma, fundado em 712 e reedificado em 886; Mosteiro de S. Pedro de Entre-os-Rios, fundado por D. Godesindo em 892.

paradigmática, que enche o século X<sup>17</sup>. Soube, paradoxalmente, aproveitar-se e libertar-se do impacto senhorial na criação de grandes mosteiros, que abririam caminho à chegada do beneditismo, pela via cluniacense, no Reino de Afonso VI.

A primeira referência conhecida à observância beneditina data de 1086 para o mosteiro de Vilela. Este atraso de expansão também se deve à forte vitalidade dos cônegos regrantes, muito protegidos pelos cavaleiros e nobres. O Concílio de Coyanza seria determinante na opção pela regra beneditina<sup>18</sup>.

A persistência polémica de agregar aos Eremitas de Santo Agostinho todos os mosteiros antigos<sup>19</sup>, antes e depois da Reconquista, é, para nós, surpreendente. Insere-se na disputa de prevalências, objecto de longos textos, e no jogo do poder. Domingos Vieira cede à tentação do açambarcamento de todos os conventos de fundação dumense ou frutuosina, ou mesmo beneditina para a sua Ordem.

Unificada, como se disse, entre 1244-1256, a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho sucedia a experiências eremíticas<sup>20</sup> inspiradas em Santo Agostinho e muito possivelmente também tentadas entre nós, já que João Lombardo, em 1243, é dado como a presidir ao Convento de Santo Agostinho de Lisboa<sup>21</sup>. Neste lugar existiam experiências eremíticas que aderiram à nova proposta. Tudo parte do pequeno eremitério no Monte S. Gens, por iniciativa de dois eremitas, auxiliados por D. Susana, que doou terreno para o convento e mandou construir a Igreja dedicada a Santo Agostinho<sup>22</sup>. Em 1291,

<sup>17</sup> Ver MATTOSO, J. – São Rosendo e as correntes monásticas da sua época. *Do tempo e da história*. 5 (1972) 5-27; FONTES, António Lourenço; MOURA, Carvalho de, compil. – *Comemorações do milénário de S. Rosendo (1976-1977) em Montalegre e Pitões de Júnias*. Montalegre: Câmara Municipal, 1978. 130 [5] p.; *SÃO ROSENDO e o século X*. Actas do 1º Ciclo de Conferências. 1992. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1994.180 p. Ver também: MARQUES, José – *Monacato bracarense em fase de mudança: sécs. XI-XII (O)*. In IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA, Braga, 1989 – *Actas*. Braga: UCP, 1990, vol. 1, p. 319-333.

<sup>18</sup> Ver NOGUEIRA, Bernardo Sá – O espaço eclesiástico em território português (1096-1415). In *HISTÓRIA religiosa de Portugal*, Vol.1, p.142-195.

<sup>19</sup> Por exemplo: Mosteiro de Moure, fundado por S. Martinho; Cabanas – Braga, edificado em 601; Castro de Avelãs, fundado em 658 por S. Frutuoso; Canedo – Porto em 902; eremitério de Atouguia da Baleia (século IX), Ermitério S. Miguel do Bouro (século IX); Arrudas dos Vinhos em 1160.

<sup>20</sup> Cf. MATTOSO, José – Eremitas portugueses no século XII. In *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: INCM, 1982, p. 103-145; BEIRANTE, Ângela – Eremitismo. In *DICIONÁRIO de História religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol, 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 149-154. BEIRANTE, M. A. da Rocha – Eremitérios de Pobre vida do Alentejo dos séculos XIV-XV. In *JORNADA DE HISTÓRIA MEDIEVAL 1383-1385 e a Crise geral dos séculos XIV-XV – Actas*. Lisboa: História e crítica, 1985, 257-266; FONTES, João Luís Inglês – Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média. In *LISBOA medieval: os rostos da cidade*. Coord. Luis Krus, Luís Filipe Oliveira, João Luís Inglês Fontes. Lisboa: Livros horizonte, 2007, p.259-277; FONTES, João Luís Inglês – Entre a tolerância e a protecção: as ordens militares e as comunidades de Eremitas da Pobre vida. In *ORDENS Militares e religiosidade: Homenagem ao Professor José Mattoso*. Palmela: Câmara Municipal, 2010, p. 91-104. Domingos Vieira cita a presença de eremitas em S. Pedro das Águias e informa que o convento da Arrábida seria fundado por eremita inglês Haildebran.

<sup>21</sup> Cf. GOMES, Saul António – Um bulário medieval da Ordem de Santo Agostinho. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 371-380.

<sup>22</sup> Cf. SILVA – *O Convento da Graça de Torres Vedras*, p. 20. Ainda em 1302 D. Dinis lhe dá este titular. Fr. Francisco do Monte Rubiano decretou em 1340 que todos os conventos a fundar e mesmo os já fundados

o papa Nicolau IV concede privilégios à casa dos Eremitas de Santo Agostinho, futura Graça<sup>23</sup>, de Lisboa, no monte de S. Gens<sup>24</sup>. O cartório desta casa, conservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo, tem diplomas que remontam a 1266, como é o caso de uma doação a favor de Penafirme<sup>25</sup>. Estes documentos notariais do século XIII atestam uma rápida integração portuguesa na nova Ordem.

Na segunda metade do século XIII, são dados os primeiros passos para a fundação do Convento de Torres Vedras, do qual seria superior o Beato Gonçalo de Lagos entre 1412 e 1422. Em 1383 o convento já estava bem activo. P. João de S. Pedro era seu prior em 1387.

Também o Convento de Vila Viçosa tem permissão de D. Afonso III para iniciar a construção em 1267. Pouco depois, tinha necessidade de aumentar a capacidade e D. Dinis faz concessões nesse sentido, em 1295<sup>26</sup>. A casa teve a graça da intervenção de D. Nuno Álvares Pereira, em 1366. Nessa época atingiu o máximo de frades. Seria escolhido para panteão da Casa de Bragança.

Graças à cedência de casas dos beneméritos Condes de Ourém, Afonso Teles de Meneses e sua mulher D. Guiomar de Vila Lobos, a partir de 1376 pode ter início a presença dos agostinhos em Santarém. O primeiro superior foi Lourenço de Santiago. A primeira pedra da igreja data de 16 de Abril de 1380.

Opera-se o crescimento da Ordem e às razões de governança interna somam-se motivos de teor político, em ordem à autonomia, a ganhar crescente espaço de concretização. Assim se procedeu à individualização da Províncias portuguesa e castelhana. Com a subida ao trono de D. João I, o Prior geral da Ordem não considerou que o número de conventos justificasse a separação e também não queria descontentar os espanhóis. Apenas seria criado o vicariato provincial em 1387, que dependia directamente do Prior Geral. O vigário português possuía equivalência a superior provincial. Mesmo assim, o primeiro vigário, Fr. João de Torres Vedras teve problemas de afirmação da sua nova função. Só, finalmente em meados do século XV se criou a Província portuguesa, uma vez que no capítulo de 1482 já se faz menção desta existência. A criação da Província Portuguesa parece ter acontecido em 1476, mas perderam-se as actas deste capítulo geral. Domingos Vieira indica a data de 1474 e cita patente de Jacob de Aquila ao Vigário Geral Fr. Rodrigo Machado (*Catalogo*, ano 1474).

O nosso cronista confessa que segue – “vou-me encostando” – o Registo e Patentes dos gerais na serie dos Provinciais (*Catalogo*, ano 1493), embora até 1530 seja “bastante-mente escura e intrincada”. Nesta época anterior à reforma, a Ordem foi dirigida por alguns

---

tivessem de adoptar o título de Nossa Senhora da Graça (cf. SANTA MARIA, Agostinho – *Santuário Mariano*. Lisboa, 1707, p. 70-71). A explicação lendária do achado milagroso em Cascais, em 1362, parece como reforço religioso nacional de uma alteração superior.

<sup>23</sup> O nome muda, em 1362, em virtude do lendário episódio da aparição de imagem aos pescadores de Cascais. Em 1401, o Papa Bonifácio IX já concedia benefícios espirituais aos visitantes da capela da Graça.

<sup>24</sup> Cf. ALONSO – *Agostinhos*, p. 20-21.

<sup>25</sup> Cf. *Ibidem*, p. 27.

<sup>26</sup> Cf. *Ibidem*, p. 29.

provinciais vigorosos, com formação académica, tais como: João da Madalena, João de Santa Cruz, Rodrigo da Cruz, Bento de Lisboa, Ambrósio Brandão. Entre figuras santas podemos mencionar: Fr. João de Estremoz, Fr. Martinho de Santarém e Fr. Rodrigo de Santa Cruz. Além de algumas fundações efémeras em Tasgão, Salvaterra, Santa Maria do Monte e Tenerife, – que passam, em 1512, à Espanha – houve dois lugares que avançariam em prosperidade: Montemor-o-Velho fundado em 1494 e Castelo Branco em 1526.

Domingos Vieira atribui a origem da decadência das corporações religiosas ao flagelo da peste negra, que alterou o estilo de vida dos conventuais, após a experiência pastoral a que foram impelidos pela escassez de padres. Até os Prelados – diz Vieira em sugestiva expressão – “iscados do mesmo mal” não tinham vigor ou vontade para repor a disciplina monástica. Apesar dos esforços de Fr. Vicente Martins Torrado (1386), Doutor João de S. Tomé (1412), João da Madalena (várias vezes provincial) e mesmo do envio de alguns reformadores romanos, pouco se conseguiu. As interferências dos Duques de Bragança em Vila Viçosa não foram benéficas na corrente reformista.

As tentativas de reforma na província portuguesa sucediam-se desde os finais do século XV, mas sem sucesso. A situação agudizou-se no capítulo provincial de 1534, com a intromissão dos Duques de Bragança no Convento de Vila Viçosa, anteriormente D. Jaime e D. Teodósio (1532-1563). A água chegou ao cimo com a ambição de um pretendente a Provincial, Luis Salvador, que não seria escolhido. Perante tal crise, os reformadores são nomeados pelo Padre Geral: P. Bartolomeu de Alenquer e Cristóvão Tibão, de Portugal e P. Francisco de Villa Franca e Luis de Montoya, de Castela<sup>27</sup>. Tiveram o apoio e o apreço do Rei e dos superiores gerais para uma duradoura e enérgica actuação, sem retrocesso, não obstante as queixas para Roma. O Geral Seripando veio a Portugal verificar os efeitos, após seis anos e deu conta da saudável vida em comum. Abriu-se um sólido colégio para os estudos; formaram-se as vocações, recuperou-se o prestígio, saíram da Ordem excelentes bispos.

Embora a acção primária visasse reformar as casas existentes, ainda assim se ergueu novo convento em Tavira, herdeiro do convento africano de Azamor, e o Colégio de N. S. da Graça em Coimbra, iniciado em 1543, com grande protecção de D. João III. Também se operou a trasladação do Convento de Torres Vedras (1544), que levaria a nova trasladação em 1578. Destacam-se, nesta fase de reforma, as seguintes personalidades: Fr. Alvaro Monteiro, Ubertino Eneu, Cipriano Perestrelo, Gonçalo de Almeida e o irlandês Bernardo O’Higgin, sepultado em Vila Viçosa.

Carlo Alonso, o grande historiador da Ordem, considera os sessenta anos após a reforma (1569-1630), como o momento de esplendor dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal. Recolhem-se os frutos de uma profunda e firme orientação, patente em pessoas munidas de excelente preparação ao longo de 35 anos.<sup>28</sup> A transformação é

---

<sup>27</sup> Ver ALONSO, Carlo – Las visitas de tres Piores Generales del siglo XVI a la Provincia Agustiniiana de Portugal. In *AMAR, sentir viver a história: Estudos em homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa 1995, Vol.1, p.275-289.

<sup>28</sup> Cf. ALONSO – *Agostinhos em Portugal*, p. 75.

visível, seja no aumento das casas: de dez, em 1570, para dezanove<sup>29</sup>, seja na acção missionária, sobretudo no Golfo da Guiné e no Oriente. Domingos Vieira destaca e descreve, recorrendo também aqui a Aleixo de Meneses, os inícios da reforma.

A última fase da história dos Eremitas de Santo Agostinho, fixada por Carlos Alonso entre 1630 e 1834, é caracterizada pela decadência no crescimento de casas, pelo enfraquecimento missionário no Oriente<sup>30</sup>, pela crise no voto de pobreza e por tensões entre Porto, que tinha crescido e completado a construção do convento, e Lisboa<sup>31</sup>.

Em 1664, opera-se, em Portugal, a criação dos Agostinhos Descalços, tendo como impulsionador Fr. Manuel da Conceição. O primeiro convento, situado no Monte Olivete, no lugar do Grilo em Lisboa sugerirá o nome vulgarizado de “grilos”, em distinção dos gracianos. Nesta obra não trataremos das casas nem das figuras desta congregação religiosa.

Feito este rápido itinerário pela presença da Ordem dos Eremitas calçados de Santo Agostinho, dediquemos a atenção ao Autor das memórias, destinadas a contribuir para melhor conhecimento da evolução deste modo de vida religiosa em Portugal. Não se fazem referências aos agostinhos descalços ou grilos, com seus conventos e personagens.

### **Domingos Vieira (1775-1857), autor da Colecção de memórias**

Frei Domingos Luís Vieira<sup>32</sup> é mais conhecido por ser autor do *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro de Lingua Portuguesa*, composto de cinco volumes, editados por Ernesto Chardron e Bartholomeu de Moraes, em 1872.

<sup>29</sup> Arronches 1574; Loulé 1574; Angra 1584; Porto 1582; Coleginho – Lisboa 1593; Colégio de S. Paulo – Braga 1596; Penha de França – Lisboa 1603.

<sup>30</sup> Há abundante bibliografia sobre a presença dos eremitas no Oriente: ALONSO, Carlo – Stato delle missioni agostiniane nelle Indie orientali secondo una relazione inedita del 1640. *Analecta Augustiniana*. 25 (1962) 291-325; IDEM – Primer proyecto de Propaganda Fide para la creación de un obispado en Bengala (1624-1625). *Augustinianum*. 6 (1966) 77-90. Índia; IDEM – Nueva documentación inédita sobre las misiones agustinianas en la India y en Persia, 1571-1609. *AnAug*. 33 (1970) 309-393. Sobretudo cartas de Agostinhos portugueses (1572-1609); IDEM – Convento agostiniano de Ispahan durante el periodo 1621-1671: Documentación inedita (El). *AnAug*. 36 (1973) 247-308; IDEM – Agustinos y Propaganda Fide durante el primer biennio (1622-1623) (Los). *Archivo Augustiniano*. 38 (1975) 339-359; IDEM – *Misioneros agustinos en Georgia (siglo XVII)*. Valladolid: Estudio Augustiniano, 1978. 142 p.; IDEM – Novísimo florilegio documental sobre los agustinos en Persia (1608-1622). *AnAug*. 50 (1987) 47-119. LÓPEZ, Teófilo Aparício – Expansión de la Orden de San Augustin por la India. *Missionalia Hispanica*. 28 (1971) 265-321; 29 (1972) 5-60; IDEM – Orden de San Augustin en la India (1572-1622) (La). *Studia*. 38 (1974) 563-707; (39) 145-236; 40 (1978) 5-105; LOPEZ, S.; Alonso, C., OSA – Due Letere riguardanti i primi tempi delle missioni Agostiniane in Persia. *AnAu*. 24 (1961) 151-201; MARQUES, José – Eremitas de Santo Agostinho nas missões do Oriente. *Revista da Faculdade de Letras. Historia*. 14 (1997) 247-269.

<sup>31</sup> Cf. ALONSO – *Agostinhos em Portugal*, p.121.

<sup>32</sup> Ver dados biográficos recolhidos por: GASTÃO, Marques – *Frei Doutor Domingos Luís Vieira autor do “Grande Dicionário Portuguez” ou “Thesouro da Língua Portuguesa.”* Lisboa: Bernardino Santos, Lda., 1984. 168 p. Também: PINTO, Maria L. Carneiro – *Por Terras de Baião*. Porto, 1949.



Este frade agostinho graciano nasceu na freguesia da Sé do Porto, na Rua dos Mercadores<sup>33</sup>, a 2 de Maio de 1775 e nela foi baptizado a 10 do mesmo mês por seu parente Manuel Lopes Loureiro, pároco do Grilo, futuro cónego (1801) e Provisor do Bispado do Porto. Domingos era filho de Manuel Luís Vieira Magalhães e Ana Margarida de Jesus, irmã do cirurgião Lourenço José de Sousa. Protegido pelo referido P. Doutor Lopes Loureiro (+1820), o nosso Autor fez os preparatórios e entrou para agostinho da Graça. A 23 de Dezembro de 1803 foi nomeado Lente de Teologia Especulativa no Colégio de Coimbra<sup>34</sup>. Aquando da extinção das ordens religiosas vai para o Colégio do Pópulo em Braga e aí ensina Retórica e Teologia dogmática.<sup>35</sup> Em 1843 encontra-se em Baião, na Casa de Vila de Cova, junto de parentes<sup>36</sup> de S. João do Grilo, acompanhado da sua biblioteca. Para aí transportou, em pesados baús, os livros e manuscritos, a cavalo, através da serra. Os almocreves suspeitaram que eram tesouros e Domingos Vieira é assaltado<sup>37</sup>. Após este susto, preferiu deslocar-se para a Casa do Pedregal, em Mesquinhata, e aí passou anos de estudo<sup>38</sup>. Vestia de modo impecável e primava em tudo pela ordem. Era muito procurado como orientador espiritual sábio e prudente.

Dados biográficos recolhidos pelo célebre miguelista e apologeta católico, D. Miguel Sotto Maior (1828-1911), que conheceu e conversou com Domingos Vieira, publicados na revista portuense *Caridade* de 1877, informam que o nosso Cronista “recusou a oferta que o Governo lhe fez da mitra episcopal de Viseu”<sup>39</sup>. Consta que com sinceridade alegou falta de saúde, mas confessando, contudo, que se fosse outro o regime – não o liberalismo – ainda poderia repensar<sup>40</sup>.

Morreu a 4 de Maio de 1857 na Casa do Pedregal, na freguesia de S. Tiago da Mesquinhata, concelho também de Baião, contando 82 anos. Em notícia ou crónica necrológica, datada de 7 de Maio de 1857, Miguel Sotto-Maior enaltece o Autor, acabado de falecer<sup>41</sup>.

---

<sup>33</sup> O assento de baptismo dá os pais como moradores em São Crispim; os avós paternos António Vieira e Custodia Francisca, moradores em Santa Eulália de Fermentões (Guimarães); os avós maternos: Manuel de Sousa Ferreira e Josefa Luísa do Espírito Santo, moradores que foram na Rua dos Mercadores (Cf. GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 57-58).

<sup>34</sup> O documento de nomeação é publicado por GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 62.

<sup>35</sup> Camilo oferece, no Prefácio à tradução de Pluquet, alguns apontamentos biográficos deste egresso dos Eremitas calçados de Santo Agostinho. Revela conhecimento vago dos pormenores do tecto que o acolheu “nas cercanias de Penafiel”, onde há poucos anos vivia “lendo e escrevendo com incessante vigor e aplicação”. Tinha exercido a missão de professor de filosofia moral no Colégio do Pópulo de Braga, de onde foi expulso em 1834.

<sup>36</sup> Aí vivia a sua irmã Tomásia Vieira.

<sup>37</sup> Cf. GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 65.

<sup>38</sup> Também nesta terra faleceu e está sepultado o Doutor Lopes Loureiro.

<sup>39</sup> Foi transcrita por Leite de Vasconcelos em Carta de 9 de Janeiro de 1941, reproduzida por Marques Gastão – *Frei Doutor Domingos*, p. 70-73.

<sup>40</sup> Cf. GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 90.

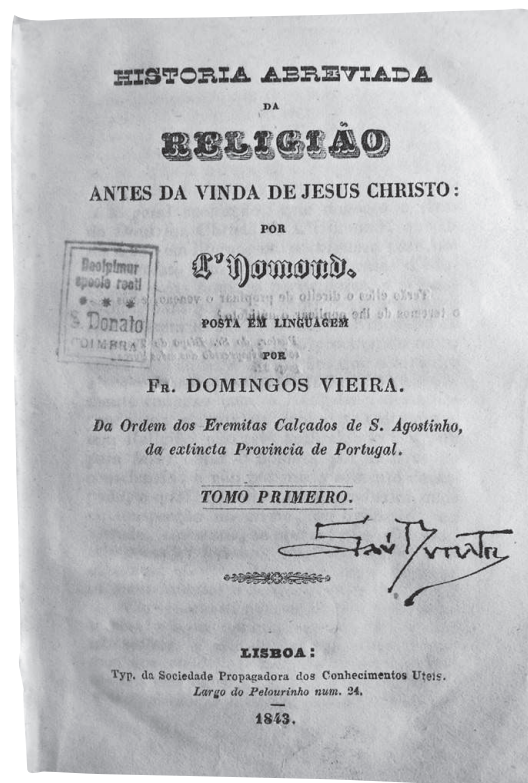
<sup>41</sup> Cf. SOTTO-MAYOR, Miguel – Comunicado. In *O Nacional*. Porto (15-5-1857). Reproduzido em GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 47.

Camilo Castelo Branco descreve o labor do nosso eremita agostiniano nestes termos: “as horas do obscurecido sábio eram todas lidadas sobre livros, como se segurança do pão quotidiano lhe permitisse. Como no convento de onde fora expulso, exercitar-se, polir e apri-morar detidamente os seus labores literários”<sup>42</sup>.

Como egresso, continua a produzir um serviço cultural fecundo, algum com feliz conhecimento imediato, como é o caso das traduções. Camilo considera que tranluz, no papel do tradutor da *Doutrina Christã*<sup>43</sup>, obra do humanista, pedagogo e gramático francês Lhomond, o sabor dos escritos de Bernardes, graças ao purismo lusitano do trabalho apresentado. Enaltece também a tradução da *Historia abreviada da Igreja*<sup>44</sup>, que corre impressa em dois volumes. Não foi esta a única obra traduzida de Lhomond. Igualmente teve sucesso

entre nós, como em outros países, a obra *História abreviada da religião antes da vinda de Jesus Cristo*<sup>45</sup>. Camilo considera que a obra merece estima “*Tanto pela substância, quanto pelo donaire e índole portugueza que faz amável e ligeira a leitura já de si utilíssima*”<sup>46</sup>.

Em vez de deixar esfriar a luz do talento, Domingos Vieira, na expressão camiliana, “reatou logo o fio partido da sua missão apostólica, continuando a ensinar mediante o livro, mediante o púlpito nas pobres parochias ruraes, e mediante o confessionário, sem a ostentação vã, estéril e até certo ponto prejudicial dos que fazem praça de suas convicções religiosas contrapondo-as às instituições políticas.” Camilo exalta os seus



<sup>42</sup> Ver CASTELO BRANCO, Camilo – Prefácio. In PLUQUET, François Andre Adrien, 1716-1790 – *Discurso sobre os desvarios do espirito humano (...)*. Trad. por Fr. Domingos Vieira... dos Eremitas... vol. 1, Braga: Livr. de Ed. Coelho, Ed., 1869, p. VII-VIII.

<sup>43</sup> LHOMOND, Charles François, 1727-1794 – *Doutrina christã em forma de lições de piedade [...] para uso das casas de educação e das familias christãs*. Posta em linguagem por Fr. Domingos Vieira, da extinta Ordem dos Eremitas calçados de Santo Agostinho. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1841. VIII, 552, [8] p. Tradução da obra: *Doctrine chrétienne expliquée, en forme de lectures de piété, où l'on expose les preuves de la religion, les dogmes de la foi, les règles de la morale, ce qui concerne les sacrements et la prière*.

<sup>44</sup> *História abreviada da religião antes da vinda de Jesus Cristo*. Lisboa: Tip. Propaganda dos conhecimentos úteis, 1843. 2 vol., bem como a *História abreviada da Igreja para servir de introdução à história da Religião*. Lisboa: Typ. O. R. Ferreira, 1846. 2 vol.

<sup>45</sup> Uma das recensões da obra é de SÁ, José Ribeiro de – rec. A LHOMOND – *Historia abreviada da Religião*. *Panorama*. 3 (1844) 8. Com reprodução fotocopiada em GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p.108.

<sup>46</sup> Ver CASTELO BRANCO, Camilo – Prefácio. In PLUQUET, F. A.A. – *Discurso sobre os desvarios*. Braga: Livr. de Ed. Coelho, Ed., 1869. Vol. 1.

dots de homem de letras. “*Vislumbra do seu geito de contornar o período o tracto intimo em que lhe andava acamaradado o espírito com as locuções mais tersas e diamantinas do locupletíssimo vocabulário dos Sousas, Lucenas e Barros*”<sup>47</sup>.

Além da vernaculidade das traduções, Camilo salienta a próxima edição do *Grande Dicionário portuguez*. Já pode ver os primeiros cadernos que os editores do Porto lhe puseram nas mãos e declara: “*podemos asseverar que nenhum vocabulário nosso até hoje viu a luz, tão rico, tão curioso de interessantes minúcias contingentes da nossa prosódia e etimologia*”. Saúda efusivamente esta obra monumental.

E conta-nos como o labor de tantos anos chegou à publicação: “*tendo concluído o seu Diccionario, fechou suavemente os olhos sobre a derradeira pagina, legando essas muitas resmas de papel escrito meramente com o intuito de se não converter em embrulhos a tarefa de algumas dezenas de anos indefesos. O falecido Bispo do Porto, D. João de França, tendo havido de seu antecessor os preciosos manuscritos, deu-os magnânima e desinteressadamente aos editores de um periódico religioso*”. O antecessor a quem Domingos Vieira deixaria os manuscritos é D. António Bernardo da Fonseca Moniz (1854-1859). Deste modo o Dicionário sai à luz, com largos trabalhos dos mestres da língua F. Adolfo Coelho e Teófilo Braga. Iniciou a publicação dos primeiros cadernos no Porto, em 1869 e terminou em 1872, embora no frontispício conste 1871. Esta obra monumental foi criticada por Inocêncio Francisco da Silva<sup>48</sup>, desconhecedor dos dados biográficos de Domingos Vieira, como acontece com o *Dicionário Portugal*<sup>49</sup> e a *Enciclopédia Luso-Brasileira*<sup>50</sup>. Também no *Jornal literário* de Coimbra tinha aparecido<sup>51</sup>, no primeiro volume (p.180) e no segundo (p.17), uma série de artigos a mostrar a falsidade das etimologias do *Grande Diccionario Portuguez*. As obras pioneiras arriscam-se sempre a terem de ser revistas por conterem lacunas e erros.

Domingos Vieira viu publicado o seu *Método de leitura*, com três edições.

Ainda posteriormente à entrega do Dicionário para publicação, Camilo Castelo Branco encontrou nas mãos de um vendedor de livros velhos, de Braga, uma tradução original do filósofo e historiador F. A. A. Pluquet (1716-1790). O manuscrito autógrafo estava preparado para dar à estampa. Ao ler as primeiras páginas, logo o romancista se

<sup>47</sup> Ver CASTELO BRANCO, Camilo – Prefácio. In PLUQUET – *Discurso sobre os desvarios*, vol.1. p. IX.

<sup>48</sup> SILVA, I. F. da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol.2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 203, onde dá informações vagas e apenas cita a tradução da *Doutrina Christã*; Vol.9. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, p. 151, acrescenta a *Historia abreviada da religião* e *História abreviada da Igreja*. No p. 116 do mesmo volume refere o *Diccionario* que iniciou a publicação em 1869. Mostra como a obra tem lacunas.

<sup>49</sup> PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Diccionario Portugal*. Lisboa, 1915, vol.7, p. 455.

<sup>50</sup> Tem esta obra vários erros, como se verifica pelos dados aqui mencionados.

<sup>51</sup> O “Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da língua portugueza” de Fr. Domingos Vieira. *Jornal Literário*. Coimbra 1:20 (1869) 180-182; 2:27 (1870) 17-18. Artigos não assinados, talvez de A.M. Seabra de Albuquerque, publicados de novo por GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 32-36.

apercebe da “utilidade do assunto” e da “gentileza da forma”<sup>52</sup>. Camilo convence então o Editor Eduardo Coelho<sup>53</sup> a publicar o manuscrito, de mais de 300 páginas.

Camilo define em poucas palavras o objectivo da obra de Pluquet: “*pertence este livro à plêiade dos robustos contendores que sahiram pela honra do Cristianismo no ciclo borrascoso do ateísmo enroupado nas vestes imponentes da filosofia*”<sup>54</sup>.

Leite de Vasconcelos refere, em carta, a existência de uma tradução de *Teoria das revoluções* de Ferrand<sup>55</sup>, que de facto encontrei manuscrita na Biblioteca do Seminário Maior do Porto (Ms. 132-135). São quatro volumes (291,341,396,489 p) com o título: *Theoria das revoluçoens, combinada e illustrada à vista dos principaes acontecimentos que forão a origem das mesmas, desenvolvimento ou consequências [...] trasladada em portuguez por Fr. Domingos Vieira*.

Afirma Camilo que Domingos Vieira era alguém “*cujas virtudes aliadas a grande talento lhe crearam uma reputação que se vae perpetuar nos escritos que deixou inéditos*”<sup>56</sup>. Não sabia que no espólio, talvez de D. João de França Castro e Moura (bispo do Porto:1862-1868), viessem para o Seminário do Porto os manuscritos que agora publico.

### **A colecção de memórias sobre os Eremitas de Santo Agostinho**

Tinha Frei Domingos Vieira deitado mãos à obra, no triénio de 1832, para reunir “materiais” em ordem a dar continuidade à crónica agostinha de António da Purificação<sup>57</sup>. Lamentava, com alguma amargura, que os cronistas eleitos desde então, não dessem cumprimento à sua missão, durante mais de um século.

Apenas dera início a esta vontade, junto dos Cartórios do Convento da Graça de Lisboa e no Cartório da Província, “aconteceu a desgraça e a perda do Reino pela invasão de D. Pedro de Alcântara”. Pela expressão formal – “tamanho catástrofe de ordem social e religiosa” – se verifica a revolta de Domingos Vieira pela extinção dos “corporações religiosas”. Sem esperança de prosseguir o trabalho encetado, Frei Domingos Vieira, longe das bibliotecas e arquivos, dados como perdidos; localizado numa aldeia; com tão “escasso e imperfeito cabedal” (preâmbulo), por não sair derrotado vibra na fidelidade à sua

<sup>52</sup> Ver CASTELO BRANCO, Camilo – Prefácio. In PLUQUET – *Discurso sobre os desvarios*, p. XV.

<sup>53</sup> PLUQUET, François Andre Adrien, 1716-1790 – *Discurso sobre os desvarios do espirito humano (...)*. Trad. por Fr. Domingos Vieira... dos Eremitas... Pref. de Camilo Castello Branco. 2 vol. Braga: Livr. de Ed. Coelho, Ed., 1869. 186, 335 p.. Tradução de: *De Mémoires pour servir à l’Histoire des égarements de l’Esprit humain [Dictionnaire des hérésies]*, Paris, Barrois, 1762, 2 vol. O editor Eduardo Coelho dedica a obra ao P. Martinho António Pereira da Silva, examinador pró-sinodal e professor no Seminário de Braga.

<sup>54</sup> Ver CASTELO BRANCO, Camilo – Prefácio. In PLUQUET – *Discurso sobre os desvarios*, vol.1, p. XV.

<sup>55</sup> Cf. GASTÃO – *Frei Doutor Domingos*, p. 69.

<sup>56</sup> Ver CASTELO BRANCO, Camilo – Prefácio. In PLUQUET – *Discurso sobre os desvarios*, p. V.

<sup>57</sup> PURIFICAÇÃO, António da, 1601-1658, OSA – *Chronica da antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho, bispo de Hipponia, & principal Doutor da Igreja*. Lisboa: por Manuel da Sylva; Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642-1656. 2 vol.

intenção, antecedente à extinção das ordens. Para que o “inimigo se não vanglorie”, sente-se impulsionado a salvar “das garras da barbaridade pessoas e cousas dignas de memória”.

A expulsão das ordens religiosas, “decreto absoluto e despótico”, ocupa, na leitura apaixonada de Domingos Vieira, várias páginas (*Catalogo*, ano 1832). Quem viu a sua ordem desprovida de bens, julgados propriedade nacional pela “seita rapinante”, identificada com a Maçonaria, não poupa as palavras. É sobre o lema de rapina e impiedade que justifica o acto de D. Pedro. Domingos Vieira apelida de “nojento e mentiroso”, “embusteiro e calunioso” o relatório de Joaquim António de Aguiar, o posteriormente chamado “mata frades”. Cita largamente este relatório para evidenciar a sua não razão e remata em desabafo: “nunca pensei que pudesse haver Portuguez tão desaverganhado!” O ressentido Eremita agostiniano analisa a semelhança entre a lei portuguesa de expulsão das ordens religiosas e as europeias e conclui: “são filhas da Revolução francesa, netas do Deísmo filosófico, bisnetas da reforma protestante”.

Mesmo considerando o facto de não ser historiador – já que “a Historia requer mais engenho, mais fineza de juízo e força de discernimento” – o nosso Autor lança-se na Colecção de memórias, que divide em três partes. A obra é constituída por três volumes, cozidos no formato 21,5X16cm. A Biblioteca do Seminário Maior do Porto atribui-lhes os números 129, 130, 131. No primeiro reúne dados sobre o *Catálogo dos Piores provinciais*, com 175 folhas; no segundo denominado *Geografia particular*, em 179 folhas, trata das fundações dos conventos do Reino e conquistas e, por fim, no terceiro compõe um *Dicionário de varões illustres*, de 188 folhas. A numeração das folhas foi feita por mão posterior.



A matéria do primeiro volume remonta à vida do Bispo de Hipona e denomina os monges africanos de Eremitas de Santo Agostinho. Logo as primeiras iniciativas de Profuturo e Paulo Orósio em Braga são base do capítulo terceiro do seu Catálogo. Por ordem cronológica oferece todas as referências hipotéticas a antecedentes da família agostiniana. Só no capítulo quarto aborda a questão da União e a partir do quinto oferece informação, ano por ano, desde que haja mudança de provincial, por vezes com notas a oferecer. Estas informações são numeradas sequencialmente até 159. Com sentido prático, Domingos Vieira dá, no final deste primeiro volume: 1. Tabuada de nomes dos provinciais, por ordem alfabética do primeiro nome e data em que assumiu a provincialato; 2. Índice de algumas cousas mais notáveis com indicação da data na qual é referido o assunto; 3. apêndice da família de S. Agostinho, com listagem e alguns dados relativos a 86 instituições.

Domingos Vieira na *Geografia particular* adverte o leitor para os limites do seu trabalho. Tem por objectivo referir os lugares onde existiram conventos dos Eremitas de Santo Agostinho no domínio de Portugal, incluindo as missões de África e Ásia, e as povoações onde tiveram lugar factos concernentes à história da Ordem. Previne que para preencher assunto divagou por curiosidades da história “civil e eclesiástica”. São

dois os motivos apresentados: primeiro, tornar a leitura mais “aprazível e proveitosa” e, segundo, porque não teve tempo de recolher elementos, sobretudo para os lugares de missão. Uma vez que tinha iniciado a sua investigação pelos conventos do Continente e essa “em embrião”, “quando a seita devastadora e sacrílega me expulsou da minha casa e património” (*Geografia* – advertência).

De algumas referências está ausente qualquer interesse agostiniano. Oferecemos uma listagem com actualização de grafia, para facilitar a consulta. Como fontes e instrumentos Domingos Vieira recorreu a alguns dicionários, que cita sumariamente, e que consegui identificar, como se dará conta nas notas acrescentadas: Echard-Vosgien, Bertholon, Graveson, La Croix e os nossos Gaspar Barreiros (+1574), António Carvalho da Costa (1650-1715), Luís Cardoso (+1762), João Baptista de Castro (1700-1775). Não só se serve de obras como apoio da sua posição, mas também as cita para questionar e corrigir. É muitas vezes citado o poeta Vasco Mousinho de Quevedo, no livro *Affonso Africano*, de 1786, em virtude das suas descrições geográficas (por exemplo: Beja, Évora, Guarda, Leiria, Porto, Viseu etc). Vieira revela grande erudição e domínio da historiografia da época, por exemplo ao abordar Lérins.

O aprendiz de cronista dá-nos a conhecer as razões da pouca documentação. O incêndio da Livraria e Cartório de Lisboa, empréstimos furtivos, pedido de documentos para Roma em 1512 que por lá ficaram, a deslocação para Espanha dos Cartórios de Torres Vedras e de Braga. Mas, além disso, o agostinho não deixa de incluir: “nossa incúria e vergonhoso desmazelo”.

Entre os conventos certamente dos Eremitas de Santo Agostinho contámos:

- Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa<sup>58</sup>, antes chamado de Santo Agostinho, inicialmente, pelo menos desde 1243, no Monte S. Gens e a partir de 1271, com nova casa.
- Convento de Nossa Senhora da Assunção de Penafirme,<sup>59</sup> que teria sido fundado em 1226 por seguidores do beato Guilherme de Malavalle, grupo de eremitas que se uniram aos agostinhos em 1256.
- Convento de Santo Agostinho de Torres Vedras, mencionado em 1266, trasladado da Várzea Grande para o Hospital de S. Lázaro em 1544, e em 1578 para o local actual<sup>60</sup>;

<sup>58</sup> Ver SALES, Ernesto – *A Igreja da Graça jazida de três governadores da Índia*. Porto: Typ da Empr. Literária e typographica, 1922. 12 p. Sep *Revista de História*. 11; RIBEIRO, Mário de Sampaio – *A Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*. Lisboa 1939; SOUTO, Meyrelles do – Os azulejos do Convento da Graça de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 120-121 (1969) 3-22; AMARAL, Abílio Mendes do – Senhorio dos Soares de Mello e a Igreja da Graça de Lisboa (O). *Beira Alta*. 36 (1977) 249-275, 567-588. Sep. Viseu, 1977. Consultar o manuscrito: ASSUNÇÃO, Francisco da – Catalogo dos manuscritos da Livraria do Convento da Graça de Lisboa. BNP, Cod.7409.

<sup>59</sup> Ver SILVA, Carlos Guardado da – O Mosteiro de Penafirme: das origens ao século XVI. In *TURRES Veteras II Actas de História Moderna*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 2000, p. 81-95; FONTES, João Luís Inglês, coord. – *A dos Cunhados: itinerário da memória*. A dos Cunhados: Pró-memória, 2002, 81-87.104-114.

<sup>60</sup> Ver FONTES, João Luís Inglês, coord. – *A dos Cunhados: itinerário da memória*. A dos Cunhados: Pró-memória, 2002, p.81-85; SILVA, Paula Correia da – *O Convento da Graça de Torres Vedras: a*

- Convento de Vila Viçosa, fundado em 1267<sup>61</sup>;
- Convento de Santo Agostinho de Santarém, fundado em 1376<sup>62</sup>;
- Convento de S. Lourenço dos Francos, em Bolardo, junto à Lourinhã, extinto por Montoya em 1555;
- Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho, criado em 1494, por Diogo de Azambuja<sup>63</sup>;
- Convento de Nossa Senhora da Graça – Évora,<sup>64</sup> activo desde os princípios do século XVI;
- Convento de Nossa Senhora da Graça de Castelo Branco, fundado em 1526, por doação de D. Rodrigo Rebelo<sup>65</sup>;
- Convento de Tavira, por trasladação da cidade africana de Azamor, fundado em 1542 por Frei Pedro de Vila Viçosa e com construção definitiva do convento, iniciada em 1569<sup>66</sup>;
- Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, iniciado em 1543 e acabado de construir em 1548<sup>67</sup>;

---

*comunidade eremítica e o património.* Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras; Livro do Dia, 2007; IDEM – O Convento de Nossa Senhora da Graça de Torres Vedras: o Regulamento próprio (século XVII). In In *TURRES Veteras X. História do sagrado e do profano.* Lisboa: Edições Colibri, 2008, p.107-114.

- <sup>61</sup> Ver ESPANCA, Túlio – Mosteiros de Vila Viçosa. *A Cidade de Évora.* 27-28 (1970-1971) 15-147; SOROMENHO, Miguel – Uma miragem real: o panteão para os duques de Bragança na Igreja de Nossa Senhora da Graça do Convento de Santo Agostinho. *Monumentos.* 6 (1997) 39-43.
- <sup>62</sup> Ver CARVALHO, Alberto de – *Memória a respeito da sepultura rasa do descobridor do Brasil Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça de Santarém.* Lisboa 1902; A IGREJA da Graça: Santarém. *Boletim da Dir.-Geral dos Edifícios e Mon. Nacionais.* 65-66. Lisboa 1951.
- <sup>63</sup> Ver A IGREJA de Santa Maria dos Anjos. *Boletim da Dir.-Geral dos Edifícios e Mon. Nacionais.* 22. Lisboa 1940; MATOS, Teresa da Cunha – *Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho: um caso exemplar de evolução do gótico flamejante ao maneirismo.* Diss. de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra 1996; GONÇALVES, Carla Alexandra – O retábulo da Piedade da igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho e a oficina de João de Ruão. *Munda.* 34 (1997) 3-16; GÓIS, António Correia – *Convento de Nossa Senhora dos Anjos: 1494-1834.* Montemor-o-Velho: Ed. do Autor, 2007.
- <sup>64</sup> Ver BRANCO, Manuel Joaquim Calhau – Datação e autoria da igreja da Graça de Évora e do túmulo de D. Afonso de Portugal. *Cadernos de história de arte.* 1:1 (1991) 141-163. IDEM – *A construção da Graça de Évora: contexto cultural e artístico.* 3 vol. Diss. Mestrado em História de arte na Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. 1990; TEREÑO, Maria do Céu Simões – O Convento de Nossa Senhora da Graça de Évora. In *CONVERSAS à volta dos Conventos.* Coord. Virgínia Fróis. Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p.273-286.
- <sup>65</sup> Ver SANTOS, Manuel Tavares – *Castelo Branco na história e na arte.* Castelo Branco, 1958, p.129-137.
- <sup>66</sup> Ver SANTANA, Daniel – O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira. *Monumentos.* 14 (2001) 124-133; MARADO, Catarina Almeida – *Antigos Conventos do Algarve.* Lisboa: Ed. Colibri, 2006, p. 177-181. Ver também Valentim da Luz no Dicionário, com bibliografia.
- <sup>67</sup> Ver VASCONCELOS, António de – Os Colégios universitários de Coimbra. In *Escritos vários.* Reed. por M. A. Rodrigues. Vol. 1. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, p. 155-295; FERREIRA, Maria Georgina Trigo – Catalogo do cartório do Colégio de Nossa Senhora da Graça. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra.* 2 (1977) 101-262; ALONSO, Carlos – La Fundación del Colégio agustiniano de N.tra S.ra de Gracia de Coimbra. *Revista da Universidade de Coimbra.* 36 (1991) 327-341.

- Convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches, fundado em 1574.
- Convento de Nossa Senhora da Graça de Loulé, dado aos agostinhos em 1574, sendo antes franciscano<sup>68</sup>;
- Convento de Santo Agostinho de Leiria, fundado em 1576, pelo bispo Fr. Gaspar do Casal<sup>69</sup>;
- Convento de N. S. do Desterro, Fonte Real. Deve corresponder a S. Bartolomeu dos Galegos (Lourinhã), onde existe a Quinta da Fonte Real. Estava activo em 1677 (Ms. 901, ff. 118-123, ANTT.);
- Convento de S. Pedro de Cete, beneditino, mas com o abade comendatário desde 1551, Luis de Montoya, eremita de Santo Agostinho, obteve do Papa a união do Mosteiro com o Colégio da Graça de Coimbra, tomando posse plena só em 1613<sup>70</sup>;
- Convento de Nossa Senhora da Graça – Angra, na ilha Terceira, referido nas actas do capítulo de 1584;
- Convento de Nossa Senhora da Graça de Ponta Delgada;
- Convento de S. João Novo, no Porto, fundado em 1592<sup>71</sup>;
- Colégio ou “Coleginho” de Santo Antão-o-Velho ou Santo Agostinho – Lisboa, sede dos Cónegos regulares de Santo António e depois dos jesuítas, em 1593<sup>72</sup>;
- Colégio de Nossa Senhora do Pópulo – Braga, em 1596 por Fr. Agostinho de Castro<sup>73</sup>;
- Convento de Nossa Senhora da Penha de França<sup>74</sup> – Lisboa, em 1603;
- Convento de Nossa Senhora da Piedade – Lamego, em 1630, com igreja terminada em 1647;

---

<sup>68</sup> Ver MARADO, Catarina Almeida – *Antigos Conventos do Algarve*. Lisboa: Ed. Colibri, 2006, p. 123- 127; SIMÕES, João Miguel – *O Convento da Graça: antigo mosteiro de São Francisco de Loulé: Monografia histórico-artística*. Lisboa: Ed Colibri; Câmara Municipal de Loulé, 2008. 136 p., 68 estampas n.p.

<sup>69</sup> Ver CRISTINO, Luciano Coelho – Igreja de Santo Agostinho de Leiria (A). *Mundo da Arte*. 14 (1983) 8-16; GOMES, Saul António – A defesa do convento de Santo Agostinho de Leiria num documento de 1800. *Leiria-Fátima*. 17 (1998) 123-160.

<sup>70</sup> Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *Ordens religiosas em Portugal: Das Origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 50. Domingos Vieira, citando registo geral de 1575, inclui este convento no *Catalogo*, f. 31v. Ver mais dados PINTO, J. Barbosa – *Mosteiro de Cete*. Braga 1972.

<sup>71</sup> Ver SMITH, Robert C. – Palácio de S. João Novo (O). *Revista de Etnografia*. 11/1: 21 (1968) 5-31, il.; SILVA, Severino Emanuel Cruz da – O Convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho: instituição, património e arte na cidade do Porto. Texto policopiado. Porto, 2003.

<sup>72</sup> Ver SEIXAS, Miguel Beirão de Almeida Metelo de – *História do Coleginho ou Colégio e mosteiro de Santo Antão-o-Velho*. Lisboa: Direcção de Documentação e história militar, 1998.

<sup>73</sup> Ver ROSÁRIO, António do, OP – Para a história do Convento do Pópulo de Braga. *Bracara Augusta*. 23 (1969) 3-35; VELOSO, Manuel de Oliveira – *Guia da Igreja do Pópulo*. Braga 2001. 110 p.

<sup>74</sup> Ver INSO, Jayme Coreia do – Nossa Senhora da Penha de França na evocação marítima. *Olisipo*. 27 (1964) 167-174.



## Conventos femininos

- Convento de Santa Mónica ou Menino Deus, em Évora<sup>75</sup>, criado antes como recolhimento de Emparedadas, desde o século XV;
- Convento de Santa Cruz de Vila Viçosa, em 1527, por testamento de Mendo Rui de Vasconcelos<sup>76</sup>;
- Convento de Santa Mónica de Lisboa, fundado em 1586 por D. Maria de Abranches;
- Convento de Santa Ana de Coimbra, em 1610<sup>77</sup>.
- Convento de S. Tomás de Vila Nova ou Santa Mónica em Angra.

São muitas as informações sobre as missões agostinhas na África e no Oriente, mas aqui não podemos referir os lugares e conventos<sup>78</sup>.

O *Dicionário dos varões ilustres em letras e virtudes* é a última obra do tríptico, finalizada em 1837. Domingos Vieira considera-a uma “apologia personalizada” dos frades perseguidos por “ódio” ao cristianismo. Recorreu sobretudo as recolhas bibliográficas de Barbosa Machado e a de Ossinger, bem como à Livraria da Graça. Recolhe informações de 373 eremitas agostinhos. O tratamento mostra grande diferença quantitativa, entre duas linhas até várias páginas, para figuras como Agostinho de Castro, Aleixo de Meneses, António de Gouveia, Egídio da Apresentação, Gaspar do Casal, Gonçalo de Lagos, Guilherme de Santo Agostinho, Jerónimo da Cruz, João de Estremoz, João Soares de Albergaria, Luís de Montoya, Tomé de Jesus.

Domingos Vieira oferece-nos uma estatística, elaborada a partir do serviço mais destacado das várias figuras da Ordem. Apenas cito as funções particularmente significativas: Arcebispos e Bispos: 49; Reitores e Vice-reitores da Universidade: 8; Doutores da Universidade: 34; confessores régios: 16; pregadores gerais: 6; embaixadores: 8; governadores dos Estados da Índia: 3; conselheiros do Rei e do Estado: 9. Com algum pudor científico, o Cronista dos Eremitas deixa para apêndice as notícias relativas a figuras antigas, que contudo considera com probabilidade serem da família eremítica antes da sua criação.

<sup>75</sup> Ver ESPANCA, Túlio – Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica de Évora. *A cidade de Évora*. 57 (1974) 111-146. No início do século XX foi demolida a Igreja e parte do claustro. Em 1919 foi adaptado a Escola do Magistério e em 1992 usado pela Universidade. Está muito descaracterizado.

<sup>76</sup> Iniciado em 1514, segundo Domingos Vieira. Ver ESPANCA, Túlio – *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Évora (zona sul)*. Vol. 9. Lisboa 1978, p.681-694.

<sup>77</sup> Ver GONÇALVES, António Nogueira – *O portal da demolida Igreja do mosteiro de Santa Ana*. Coimbra; Ed. do Autor, 1941; FROTA, Guilherme de Andréa – *Da fundação do mosteiro de Santa Ana à sua adaptação a quartel*. Coimbra: [s. n.], 1964. 24 p., 4 est.; NUNES, Mário – A Igreja de Oiã e o espólio do Convento de Santa Ana de Coimbra. *Munda*. 21 (1991) 57-65; CARVALHO, Catarina – *Sant’Ana de Coimbra das eremitas descalças: fisionomias de um convento*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002. 197 p.

<sup>78</sup> Ver nota 30.

## Perspectivas de estudo

Para suscitar o gosto do investigador deixo algumas perspectivas, a título meramente indicativo. Apenas para que o leitor possa aquilatar do interesse dos dados recolhidos nesta colecção de memórias escolho aqui algumas temáticas. Domingos Vieira dedica atenção, por largas páginas, a questões mobilizadoras de querelas, como a das precedências nos actos públicos. Já vimos como a defesa da antiguidade adquiria espaço privilegiado na recolha de notícias. Agora é chamada para justificar o primeiro lugar dos agostinhos nos actos públicos, com precedência aos dominicanos. Para isso Vieira faz o seu resumo da história (*Catalogo*, ano 1562).

Muito curiosa é a expulsão de Fr. Cristóvão de Sousa por ser judeu, nos anos 1670-1672 (*Catalogo*, ano 1670), bem como a referência, no terramoto de 1755, ao modo como os agostinhos colaboraram “nas obras de misericórdia” de “dar sepultura aos cadáveres humanos e aos corpos d’irracionaes”. A carta do Marquês de Pombal ao provincial, logo a 5 de Novembro, louva os religiosos por terem andado de enxada nas mãos. (*Catalogo*, ano 1754).

Também a polémica da Jacobeia surge nas reflexões de Domingos Vieira. Em 1768, o Provincial recebe a carta régia relativa à questão e que Domingos Vieira transcreve (*Catalogo*, ano 1766). Em nota, tece comentários pessoais altamente laudatórios aos religiosos castigados, com quem conviveu no Colégio de Coimbra: “homens modelos e graves, observantes, recolhidos, estudiosos, devotos, benfazejos e caritativos, zelosíssimos do bem e exemplares em todas as virtudes”. Nova menção ao caso dos jacobeus aparece no ano 1775 e 1778, onde dá lista dos reintegrados.

A sensibilidade de Domingos Vieira demonstra-se e manifesta-se na reacção a actos de injustiça, como em 1793<sup>79</sup>, quando o P. Mestre Fr. Lourenço de S. José é suspenso do ofício de Provincial pelo Núncio, através de Breve onde lhe faz rasgados elogios. Eis o comentário do autor do *Grande Dicionário de Portuguez*: “Então hum homem destes suspende-se do seu ofício!!! O que fazem as paixões dos homens! E *pro bono pacis*, duma falsa paz atropela-se a justiça e a inocência!” Em nota, refere que a intriga partiu do secretário, mal escolhido, “homem sombrio e capitoso”.

À medida que se aproxima o tempo mais coevo do Autor, alargam-se os comentários, como acontece no provincialado de Fr. Manuel de Santo António, iniciado em 1799: “este Provincial governou com suma dificuldade e grandes trabalhos, em que os relaxados e maus o meteram, interessando por suas intrigas e valimentos a Corte a favor da sua relaxação e maldades, capeados com o zelo da observância regular, que eles não tinham nem queriam” (grafia actualizada). Seria o secretário Doutor Patrício da Silva, futuro Patriarca de Lisboa, a desmascarar a “vil hipocrisia” e a fazer vingar a verdade. Este autor não é incluído porque ainda vivo quando Vieira escreve. Só faleceria em 1840.

Relativamente às actividades educativas da Ordem dos Eremitas, as memórias de Domingos Vieira fornecem várias informações. O Colégio em Coimbra foi fundado em 1543-1549 por D. João III. No final do século XVI criam o Colégio de Santo António ou Santo Agostinho de Lisboa. Domingos Vieira revolta-se ao referir a livraria

<sup>79</sup> Igualmente em 1811 perante leis relativas a isenções dos lentes de Coimbra.

do Coleginho, uma vez que sabe no seu retiro em Baião, “*que os barbaros do seculo chamado das luzes e da civilização, no saque dos conventos, depois de expulsos os seus donos a venderam a peso*” (*Geografia*, artigo Lisboa). No Colégio de N.S. do Pópulo em Braga os Eremitas dedicam-se à formação do clero da região. Eram vários os serviços da ordem ao ensino público: Graça de Lisboa, Lamego e Castelo Branco lecionavam Filosofia Racional; Latim e primeiras letras em Braga, Torres Vedras e Arronches. O Convento de Évora teve Colégio com ensino de Teologia. Uma verdadeira classe de professores, leitores e apresentados abundavam nos conventos, graças aos privilégios que gozavam. Os principais professores do século XVIII são referidos no *Dicionário*: P. João de Azevedo, grande moralista; Bento Meireles, Manuel Leal de Barros, historiador formado em Bordéus. Na hagiografia destacam-se José de Santo António e José de Assunção. Para apoio do estudo rechearam e apetrecharam as bibliotecas, sendo a melhor a do Colégio de Coimbra, graças ao P. Egídio da Apresentação.

Domingos Vieira informa que a confraria da Correia, entre nós com larga difusão, foi erecta em Bolonha em 1599 pelo Geral agostinho Cornotano, graças a faculdade do papa Gregório XIII (*Geografia*, artigo Cascais). Esta devoção parte de uma visão de Santa Mónica, na qual Santa Maria lhe concede a sua correia e seu hábito. A correia mariana transformou-se em sinal distintivo dos agostinhos, uma vez que o hábito preto era comum a outros monges. No *Promptuario augustiniiano, ou despertador diário para os mayores lucros das almas, e remissão mais efficaz das culpas* [...] Fr. Agostinho da Santíssima Trindade<sup>80</sup>, director dos Confrades da Correia, do Convento do Monte Olivete dos religiosos descalços de Santo Agostinho, esclarece sobre a devoção e narra as maravilhas obtidas. Os confrades devem trazer cingida a correia de couro preto e fivela de osso, benzida por um Eremita de Santo Agostinho. Devem rezar todos os dias treze Pai nossos e 13 Ave Marias e uma Salve rainha, em louvor dos doze apóstolos e Maria, por coroa benzida por Eremita da Ordem. Outras obrigações comuns acrescem, como jejuar na véspera da festa de Santo Agostinho, a 28 de Agosto, e participar na celebração e procissões. Mas deixemos Fr. Agostinho da Santíssima Trindade para regressarmos ao nosso graciano.

Até elementos sobre a arqueologia e arte podem ser encontrados na recolha de Domingos Vieira. Menciona a existência de pedras ou túmulos, retirando a conclusão de conventos de freiras em Santa Maria dos Açores (Celorico da Beira); em Alcácer do Sal (túmulo “*famulus Dei*”); Briteiros de Braga, onde há pedras lavradas; Caria de Lamego, onde existem pedras sepulcrais. Encontramos referências à pintura do retábulo de Santa Maria dos Açores (Celorico da Beira)<sup>81</sup>, imagem de Nossa Senhora da Ajuda, (com igreja a meia-légua de Alcobaça) que era do Mosteiro de Atouguia da Baleia<sup>82</sup>; imagem de

---

<sup>80</sup> Editado em Lisboa: Na Off. de Pedro Ferreira, 1737.

<sup>81</sup> Deve referir-se às pinturas do retábulo-mor atribuídas a Frei Carlos, que representam episódios da história local.

<sup>82</sup> Domingos Vieira cita o Convento de S. Lourenço de Bolardo, em Atouguia da Baleia, extinto em 1555 por Montoya, dado como fundado em 880. Fala também do Convento N. S. do Desterro de Fonte Real (Atouguia da Baleia).

N. S. da Graça, encontrada em Cascais e levada para a Graça; imagem do Menino Jesus do Convento de Santa Mónica ou Menino Deus de Évora, oferecida pela Ven. Sor Catarina de Sousa de Jesus; imagem de Santo Antão de Moure; imagem vinda de *Ormuz* – N. S. do Resgate ou da Pérsia; cabeça de S. Romão (Panóias-Ourique); imagem de S. Eleutério eremita agustiniano existente em Portimão. Ao tratar de Lafões, refere um painel no Convento de Vila Viçosa que o Autor viu em 1833: imagem legendada mostrando o crucificado à direita no alto e à esquerda Afonso Henriques com um monge agostinho. Descreve ao pormenor alguns tesouros do Convento da Graça de Lisboa, deixando no ar a suspeita de que estas preciosidades fossem parar a Inglaterra.

Curiosa é a notícia seguinte: António Simões, dourador de Lisboa, fez um voto de executar nove imagens de Nossa Senhora, de diferentes invocações. O jesuíta P. Inácio Martins, aconselha-o a que a oitava fosse a Nossa Senhora de Penha de França. Foi colocada na ermida de Nossa Senhora da Vitória até se construir ermida própria em 1598 e mais tarde o convento. A Igreja seria abatida pelo terramoto.

Estas breves referências constituem mero aperitivo para cada investigador recolher destas memórias informações para a índole própria do seu trabalho.

### **Crítérios de transcrição**

Resta, ainda, referir alguns critérios usados na transcrição dos manuscritos. Seguiu-se a grafia e a pontuação do original, apenas desdobrando as abreviaturas, segundo quadro que a seguir apresento.

A paginação do manuscrito é referida entre parêntesis rectos, ao longo da transcrição do texto.

As notas do Autor não eram numeradas de modo contínuo. São assinaladas pelo símbolo  $\text{A}$  e vão intercaladas, em numeração contínua, pelas notas introduzidas por *mim*, destinadas a dar informações suplementares.

Na parte do Dicionário de personalidades procurei alguns frontispícios de obras mais acessíveis para ilustrar e edição, sem pretender qualquer distinção valorativa. Os azulejos referidos no texto do Autor são também acolhidos como ilustração da obra.

### **Agradecimentos**

Registo finalmente um agradecimento aos que ao longo de vinte anos foram prestando a sua colaboração para a transcrição e revisão dos textos. Destaco o Dr. João Nuno Miranda de Bastos e o Dr. Ricardo Aniceto.

Ao fotógrafo Alexandre Salgueiro se deve o excelente trabalho na recolha das imagens dos azulejos dos Conventos da Graça em Lisboa e em Torres Vedras.

Manifesto gratidão ao Centro de Estudos de História Religiosa por acolher este instrumento de trabalho nas suas publicações. Fico reconhecido pelo patrocínio concedido: Fundação Eng. António de Almeida; Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Fundação Manuel Leão.